

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERESINA NO SÉCULO XX: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA A PARTIR DO PROJETO POTI

Zélia Maria Carvalho e Silva (FAP)

zeliamariac@gmail.com

RESUMO

O texto trata sobre Educação Infantil em Teresina no século XX: fragmentos de uma história a partir do Projeto Poti, objetivando delinear uma reflexão sobre a história da educação infantil em Teresina, a partir da implantação e operacionalização deste Projeto na década de 80. Este projeto insere-se dentro do contexto de redemocratização política do país e de discussão da sociedade sobre os direitos da criança de 0 a 6 anos de idade. Os dirigentes do Estado do Piauí, desse período, são levados a tomarem uma posição para minimizar o déficit que existia entre a demanda e a oferta da Educação Infantil. O atendimento a esse nível de ensino assume então, duas tendências: a assistencialista e a de combate à evasão nas séries iniciais do Ensino Fundamental. As contribuições que trazemos para essa discussão foram organizadas a partir das investigações realizadas pela pesquisadora para a construção de sua dissertação de mestrado. Para a elaboração deste trabalho foram consultados documentos existentes nos arquivos da Casa Anísio Brito e da Secretaria de Educação (SEDUC). Acreditamos que são necessárias as pesquisas históricas nessa área, para que possamos entender a evolução e o processo atual de organização das escolas infantis.

Palavras Chave: História da Educação em Teresina. Educação Infantil. Projeto Poti.

CHILDHOOD EDUCATION ON TERESINA IN CENTURY XX: FRAGMENTS OF A HISTORY FROM ON POTI PROJECT

The text analyses Childhood Education on Teresina in century XX: fragments of a history from on Poti Project, with a view to outline a reflection about a history of the childhood education on Teresina, from on the implantation and operationalization of this Project in 1980's decade. This project insert inside the context of redemocratization of country politics and society discussion about the children's rights in the 0 to 6 age group. The Piaui State governing, in this period, are motivated to make a position for minimize the deficit that existed between the demand and the offer of Childhood Education. So the attending for education level adopt two tendencys: the welfarist and the combat to evasion in the initial series of the Basic Education. The contributions that we bring for this discussion had been organized from on investigations produced by research to the construction of the master's dissertation. For the elaboration of this work has been consulted existing documents in the archives of the Anisio Brito's house and of the Education Secretariat (SEDUC). We believe that the historical research are necessary in this area, so that let us can understand the evolution and the actualy process of organization of the childhood schools.

Keywords: Education History on Teresina. Childhood Education. Poti Project.

INTRODUÇÃO

A História da educação infantil passou a ser mais investigada, tornando-se um campo de conhecimento próprio, sem está atrelada a outros temas, a partir do impulso significativo ocorrido no campo da historiografia brasileira, que encontrou apoio teórico na “Nova História Cultural” ou denominada por alguns historiadores como “Escola dos Annales”. Há então, a partir desse movimento uma ampliação de fontes e objetos de investigação. Temas do cotidiano são abordados com mais ênfase, entre eles, a história da educação das crianças, sujeitos considerados desde frutos do pecado pela Igreja na Idade Média a esquecidos pela história.

Neste contexto, a história da criança sai do anonimato, ganhando contornos mais nítidos, levando as discussões a adquirirem uma maior visibilidade no cenário social.

Cabe destacar, que um outro aspecto significativo que influenciou nessa mudança foi o aumento dos programas de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras, nas áreas de História e Educação. No que se refere a isso, Lopes (2006, p.12) afirma que:

Tendo havido um aumento significativo na produção de trabalhos no campo de História da Educação no Piauí, após a implantação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, a discussão em torno das fontes e sua preservação aparece de modo mais evidente. Como a maioria dos trabalhos produzidos no âmbito do referido Programa tem se preocupado com temáticas que buscam compreender a dimensão micro do funcionamento da escola, a ampliação do tipo de fonte utilizada nas pesquisas é necessária e tem sido realizada, beneficiada pela noção ampliada de documento proposta pela História Cultural.

Consideramos que é tarefa do pesquisador, buscar as informações dos sujeitos que fazem a história, a fim de que essa história seja apresentada e analisada.

Neste trabalho, que é parte da pesquisa do mestrado da autora, propomo-nos discutir sobre a história da educação infantil em Teresina na década de 80, especificamente de 1985 a 1990, tendo como referência o Projeto Poti e as políticas governamentais, propostas às populações infantis da faixa etária de 0 a 6 anos, pertencentes às camadas menos favorecidas.

Percebemos com esta pesquisa que, o atendimento a criança da Educação Infantil em Teresina, na década de 80, se configurou como uma política com características assistencialistas, que compensasse a privação cultural e educacional vivenciadas pelas mesmas, devido às precárias condições em que viviam. Essas políticas acompanhavam o discurso nacional, de que segundo Kramer (2003, p. 11) “a educação compensatória seria a solução para os problemas tanto educacionais como sociais”.

Para desenvolver este trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos nos arquivos da Casa Anísio Brito e da Secretaria de Educação (SEDUC). Recorremos portanto, à pesquisa histórica como forma de ampliar e aprofundar os estudos da infância em Teresina no período de redemocratização do país.

Dessa forma, no que se refere a educação infantil, Vieira diz que

Em grandes linhas e ao longo do século XX, num conjunto abrangente de países, a educação de criança pequena passa de domínio privado para o público, em graus diferenciados compatíveis com a atenção mais ou menos acorolada ao papel das famílias e das instituições coletivas de guarda e educação exteriores à família. No Brasil, esse fenômeno é particularmente visível no fim dos anos 1970, atingindo sobretudo crianças maiores de 3 anos de idade, nos centros urbanos. Naquele momento, a criação das creches comunitárias nas periferias de cidades maiores, ao lado da expansão da oferta pública, notadamente nos municípios, visava às crianças das classes populares.

A década de 80 representou, a partir de 1985, o período em que o Brasil ficou livre do regime militar, iniciando um processo de redemocratização, onde a nova democracia é instalada, sendo para Ghiraldelli (2008, p.160) “o período de maior liberdade e de maior respeito dos diversos setores sociais para com as instituições políticas democráticas brasileiras, se comparado com toda a história do país”. No que se refere, a educação infantil é nítida ainda através dos documentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5692/71, o Parecer nº 2018/74 e o de nº 2521 de 1995 do Conselho Federal de Educação (CFE), a ideia de que esse nível de ensino é considerado uma resposta para os problemas de repetência das séries iniciais do ensino fundamental, como também uma compensação às privações culturais sofridas pelas crianças, solucionando suas defasagens escolares. Observamos que apesar da sociedade expressar insatisfação nos diferentes âmbitos sociais, propondo modificações e discussões, ficamos

ainda, no setor educacional, apesar do novo contexto histórico, submetido a um discurso defasado, oriundo da Lei 5692/71, que havia sido implantada em plena Ditadura. Assim, as características estruturais da educação infantil seguem, mesmo pós-constituinte, alguns retrocessos e não “grandes realizações que consagrava a Constituição como avanços em termos de definições legais” (CAMPOS, 2002. p.38).

Ficou evidente portanto, que, apesar da promulgação da Constituição de 1988 (CF 88) ter proporcionado um avanço em relação à educação das crianças, pois “pela primeira vez na história do Brasil, reconheceu um direito próprio da criança pequena que era o direito à creche e à pré-escola” (LOPES, MENDES, FARIA, 2005, p.5), o processo de reconhecimento desses direitos e o processo de mudança se deve de forma diferenciada nos diferentes estados brasileiros.

O Estado do Piauí acompanhou, mesmo a passos lentos, as diretrizes apontadas pela política nacional de educação, tentando de acordo com Silva (2008, p.110) “atender a demanda deste nível de escolarização, no setor público, uma vez que o número de crianças que não tinham esse direito respeitado era enorme, sendo o setor privado quem mais dava esse atendimento”. Nesse período, Noleto (1985, p.38) afirma que:

[...] atingindo 102 (cento e dois) dos 115 (cento e quinze) municípios do Piauí, atendendo um total de 32.412 (trinta e dois mil, quatrocentos e doze) pré-escolares de quatro a seis anos de idade das 264.536 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis) existentes no Estado. Deste total, 19.000 (dezenove mil) crianças serão atendidas nas pré-escolas oficiais de Teresina e 13.412 (treze mil, quatrocentos e doze) no interior.

O contexto social do Estado do Piauí em 1985 foi marcado por sérios problemas causados pela grande enchente que abateu o estado, causando destruições e incertezas. Entre as políticas sociais implantadas pelo governador, representado na época por Hugo Napoleão está a criação em Teresina, no ano de 1985, do Projeto Poti, que reafirma a política assistencial às crianças de 0 a 6 anos estabelecida pela política nacional. Vale ressaltar que a coordenação da Educação Pré-Escolar no Estado do Piauí ficava a cargo da Secretaria de Educação Estadual (SEDUC), desde 1976, que criou a Divisão de Educação Pré-Escolar, ligada diretamente ao gabinete do secretário, permanecendo assim até 1986.

No entanto, houve a mudança de governo em 1987, assumiu Alberto Silva que permaneceu no cargo até 1990. na sua gestão, extinguiu a Divisão de Educação Pré-

Escolar, deixando as ações direcionadas à clientela pré-escolar, a cargo do Departamento de Ensino de 1º grau.

Este projeto surgiu como um atendimento inovador na Educação de crianças na fase Pré-escolar no Estado do Piauí, o mesmo resultou de convênio entre a SEDUC e a Fundação Bernard Van Leer, oriunda da Holanda. A área de abrangência do projeto era somente em Teresina, capital do Estado. Inicialmente tinha a intenção de operacionalizar suas ações de forma compartilhada entre diversos órgãos, de diferentes instâncias como informa o Relatório de Avaliação do Projeto Poti realizado por Depresbiteris em 1991:

[...] Em nível federal: Fundação de Assistência ao Educando – FAE, para financiamento da merenda, MOBREAL, cujos materiais, experiência comunitária seriam significativos para o trabalho; em nível estadual: Secretaria do Trabalho, através do Centro Social Urbano, Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, através do Centro de Atividades Comunitárias, Secretaria de Saúde e Universidade Federal do Piauí; em nível local: Grupos comunitários e Associações de moradores (1991, p.8).

A partir desses dados sobre a estrutura organizacional do Projeto Poti, implantado em Teresina, em 1985, no governo de Hugo Napoleão, podemos aferir que a assistência à educação infantil era realizada não só pelas instâncias educacionais, mas também, e principalmente, por instituições sociais, integrando projetos de assistência médico, sanitária, nutricional, pedagógica e habitacional.

Como no restante do país, o Piauí passa a discutir com mais ênfase a questão da educação das crianças menores de seis anos de idade. Para Corrêa esse fato se deve também a:

[...] organização da sociedade civil em favor desse atendimento, especialmente por movimento de mulheres que, entre outras razões, ao entrarem em maior número para o mercado de trabalho, incluindo-se aí as camadas médias da sociedade, passaram também a procurar as instituições coletivas de atendimento à criança de zero a seis anos de idade (2002, p.19).

Neste contexto, ocorre o aprofundamento dos problemas sociais, que passam a se manifestar com mais intensidade com o avanço do processo de urbanização. Vale ressaltar que para (LIMA, 2003, p.53):

[...] Teresina, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, apresentou um ritmo de crescimento superior ao do Piauí, figurando-se como o município mais populoso do estado, por se constituir decerto, o principal centro aglutinador de equipamentos, serviços e atividades e receptor de populações migrantes.

Na verdade, podemos considerar a implantação do Projeto Poti, uma tentativa para tentar minimizar um dos problemas gerados pela expansão acelerada de organização de Teresina, que era o “grande déficit que existia entre a demanda e a oferta da Educação Infantil” (SILVA, 2008, p.110). A operacionalização desse projeto ocorreu inicialmente no bairro Dirceu Arcoverde, por se tratar na época, de um conjunto habitacional, construído pela Companhia de Habitação do Piauí (COHAB), órgão que fazia parte do projeto de assistência às crianças pobres economicamente. As casas construídas eram do tipo “embrião” compostas somente por uma sala, banheiro e cozinha. Este possuía um grande contingente populacional oriundo principalmente de favelas. Havia poucos serviços de infraestrutura, prevalecendo a economia informal. Nesta perspectiva, Lima (2003, p.112), afirma que:

[...] a Zona Sudeste, anunciada na década de 1980 como vetor de crescimento, ao tempo em que ganha densidade demográfica e visibilidade como eixo de expansão, desenvolve-se e caracteriza-se pela maior concentração de população pobre, tendo como execução dessa tarefa.

O Projeto Poti além do atendimento à criança, ações de integração com a comunidade e formação profissional dos sujeitos envolvidos.

Dessa maneira, percebemos que começou por parte das autoridades políticas uma preocupação com o desenvolvimento de ações sistematizadas que atingissem a população de 0 a 6 anos de idade, através de articulação com a comunidade e com os profissionais que trabalhariam com essa clientela.

Quanto a isso, Desprebiteris ressalta que:

[...] o atendimento das creches domiciliares às crianças permaneceu inalterado de 1986 a 1988, num total de 210, no entanto, em 1989 com 196 e 1990 com 170 a realidade se alterou. As justificativas para a evasão das crianças na época foi a construção de uma creche pela Prefeitura Municipal de Teresina, para atender as crianças de 0 a 6 anos e os problemas decorrentes com o fornecimento e a perda de qualidade da merenda escolar, causando prejuízos à nutrição das crianças [...] (1991, p___)

Alguns convênios foram firmados entre 1989 e 1990, para ampliar as ações do projeto, no âmbito social e da saúde. Com relação à saúde, o atendimento era realizado pelo agente de saúde, professor que fazia parte do quadro de professores da educação básica, contratado pela Secretaria de Saúde. Fica evidente então, o trabalho compartilhado entre os

setores da educação e da saúde, nos remetendo ao período onde o sistema de ensino brasileiro ficava a cargo do Ministério da Saúde.

O agente de saúde era o profissional que tinha várias funções, entre elas, fazer o cadastramento dos alunos; realizar inspeções direcionadas à saúde; fazer o levantamento das condições sanitárias da escola; realizar visitas domiciliares; participar das reuniões de pais e mestres e divulgar o projeto, entre outras. Ele permanece no projeto até 1991, quando a Secretaria de Educação convocou todos os professores que tivessem regência à retornarem às suas salas de aula.

É importante reiterar aqui que o processo de capacitação das monitoras não foi fácil por vários motivos, entre eles temos: o baixo nível de conhecimento das mesmas em relação aos temas direcionados à infância, cuja formação se dava nos cursos pedagógicos de nível médio, deixando a desejar. Em nossa pesquisa de mestrado, observamos que o Instituto de Educação Antonino Freire foi durante muito tempo, o centro de formação dos docentes do Estado do Piauí, apresentando também em seu currículo segundo Silva (2008, p.144) “[...] um número reduzido de disciplinas direcionadas à educação infantil, trazendo com isso uma fragmentação de conhecimento”.

Essa situação ficou claramente visível no momento em que as gestoras iniciaram as discussões teóricas que fundamentariam a proposta. As idéias piagetianas, como por exemplo, o estudo sobre o realismo nominal e as idéias de Emília Ferreiro, com os níveis da escrita, pré-silábico, silábico e alfabético, foram as escolhidas.

Na verdade, esse estudo já ocorreu no final dos anos 80 e início dos anos 90. Até esse período o método seguido pelas profissionais que trabalhavam com a alfabetização de crianças era o das Sete Semanas, da professora piauiense Isa Maria dos Santos, que enfatizou em seu depoimento na pesquisa que “[...] com o advento do construtivismo na década de 1980, o professor tinha vergonha de dizer que usava o método das sete semanas” (2008, p.154).

Percebemos então que, a operacionalização ou a proposta pedagógica do Projeto Poti, não ter atingido o seu principal objetivo que era auxiliar a criança no seu processo de alfabetização, se deu por dois motivos, a preocupação com o modismo, muito forte nos anos 80, talvez na tentativa de acertar uma concepção que melhor orientasse o docente: trabalhar nos centros de interesse de Decroly ou com as idéias de Piaget? Qual a

relação entre as duas teorias? O outro motivo foi terem separado essa proposta do Projeto Geral da Pré-Escola sob a responsabilidade da SEDUC, deixando-a muito dispersa.

Em relação ao planejamento social do Projeto Poti, verificamos o envolvimento da comunidade, através das famílias que faziam parte do mesmo, com produção de corte e costura, datilografia e hortas comunitárias. Os cursos de capacitação nessas áreas ficaram na responsabilidade do SERSE com os recursos da Fundação Bernard Vam Leer. Além de ajudarem as famílias em seus sustentos, ainda contribuía no projeto, como exemplo temos as hortas, que servia também de complemento da merenda escolar.

Quanto a isso, Mamede ressalta que “[...] a maneira como as alternativas de solução são construídas depende da força e capacidade dos grupos de interesses, especialmente para mobilizar apoios e encaminhar proposições” (2005, p.2).

Assim, observamos que a composição do projeto Poti, envolvia além de muitos sujeitos, muitas instituições, fazendo que o sucesso do mesmo dependesse também de alguns fatores como a integração entre as diferentes instituições e a disponibilidade de recursos materiais e humanos. Se tomarmos como exemplo as creches domiciliares, espaço onde as mães que não tinham onde deixar seus filhos para trabalhar, verificamos que as mesmas encontravam nesses espaços uma solução para seus problemas. As crianças de 0 a 3 anos ficavam aos cuidados das mães crecheiras, que apesar de serem ressarcidas para tal tarefa, mostravam-se dispostas a participarem do projeto, chegando em alguns momentos a se envolverem emocionalmente com as crianças.

No entanto, não podemos deixar de focar que essas creches serviram como medidas paliativas, uma vez que, atenderiam as necessidades de um período da história, em relação ao atendimento à criança dessa faixa etária. Não sendo portanto, consideradas instituições permanentes, que precisavam ser atendidas de recursos para continuarem a funcionar. No que se refere a isso Depresbiteris ressalta que:

[...] Sua marca de instituição emergencial se evidencia na precariedade e insuficiência de recursos, nos quadros profissionais deficitários sem formação específica e, muitas vezes, composto de voluntariado, enfim nas dificuldades generalizadas, de ordem física, material ou humana, e pedindo a promoção de qualidade da creche. (1991, p.34).

Se tomarmos para análise só um dos aspectos citados pela autora, o de ordem física, ou seja, os espaços em que tanto as creches domiciliares, que funcionavam nas casas

embriões do conjunto Dirceu Arcoverde I, sem nenhuma estrutura, como também as pré-escolas que ocupavam os galpões quentes, instalações ocupadas com turmas diversificadas e outras atividades realizadas pelas mães da comunidade, reafirmaremos que o espaço reservado para as atividades infantis devem ser planejado, levando-se em conta a organização espacial dos elementos que fazem parte de uma sala de aula, a seleção dos materiais e sua disposição dentro do ambiente e a organização dos materiais para as finalidades especiais. (ZABALZA, 1998).

É importante também, chamarmos atenção para as implicações que, mesmo de forma implícita, estão por trás do Projeto Poti, isto é, as concepções de criança e conseqüentemente os objetivos das políticas implantadas pelo mesmo para atender as crianças pequenas. Neste contexto, evidenciamos uma política muito mais direcionada ao cuidar, com ênfase na assistência, no que ao educar. Isso é demonstrado, pelo sentimento de impotência gerado pelas próprias escolas, que diante das dificuldades apresentadas, preferiam trilhar pelo caminho aparentemente mais fácil, o de assistir e de cuidar, como se esse caminho não exigisse também uma sólida formação.

Logo, compreendemos que esse projeto teve uma preocupação mais em relação ao atendimento social e de saúde das crianças de 0 a 6 anos de idade de Teresina, do que educacional, este tornou-se quase uma conseqüência dos outros setores. Além disso, o mesmo ficou carente de ações concretas, firmadas através de convênios, que cumprissem seus compromissos, bem como um acompanhamento sistematizado dessas ações.

Consideramos, portanto, que o investimento realizado pelo governo em parceria com a Fundação na educação de crianças de 0 a 6 anos de idade foi decisivo para acordar a sociedade em relação à oferta desse nível de ensino no Estado do Piauí e, principalmente, em Teresina, em sua zona urbana e periférica, já que esse era o espaço de atuação do Projeto Poti. Apesar da zona rural da capital ficar sem um atendimento eficaz, pois as estatísticas mostraram que em 1989 havia somente uma escola de Pré-Escolar, não podemos deixar de reconhecer que a implantação desse projeto, trouxe uma evolução em termos do que se oferecia às crianças da Educação Infantil da cidade de Teresina.

Por fim, compreendemos que:

[...] a conseqüente luta de ampliar os setores da sociedade pela democratização, pela criação de um “Estado de Direito”, possibilitou que o tema criança pobre,

desassistida retornasse ao debate público com um vigor extraordinário.(BAZILIO, 2002, p.50).

Visualizamos então, que as marcas deixadas pelo longo período da Ditadura Militar, vão assumindo aos poucos, nesse novo contexto, uma nova caracterização social, que é a redemocratização, fase marcada pela ruptura de paradigmas fechados e divisão linear dos fatos para a “[...] ampliação do foco das pesquisas com enfoque nas políticas sócio educativas para a infância [...]” (ROCHA, 2010, p.159).

Isso refletiu positivamente na sociedade que passou a colocar em suas pautas de discussões a educação infantil, abrindo caminhos para a efetivação dos direitos das crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

BAZILIO, Luiz Cavalieri. **Infância “rude” no Brasil**: alguns elementos da história e da política. IN: GONDRA, José Gonçalves.(org). História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988. 124.p.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1996.

CORRÊA, Bianca Cristina. **A educação infantil**. IN: OLIVEIRA, Romualdo Portela de.; ADRIÃO, Theresa. (orgs.). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

GHIRALDELLI JR, Paulo. História da educação brasileira. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. A escrita autobiográfica: os documentos pessoais e a história da educação. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2008.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. (Orgs.). Brasília: MEC. **Secretaria de Educação Básica**. Secretaria de Educação e Distância, 2005.

MACHADO, Maria Lúcia A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAMEDE, Márcia Mendes. **A educação infantil no contexto das políticas sociais**. In: LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseana Pereira; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. (Orgs.). Brasília: MEC. **Secretaria de Educação Básica**. Secretaria de Educação e Distância, 2005.

NOLÊTO, Maria de Fátima Vieira. **A educação pré-escolar em Teresina-Piauí na percepção dos pais e dos professores**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

PIAUI. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, pelo Governador Hugo Napoleão do Rego Neto, em 1º de Março de 1985.** Teresina: Typ. da “Imprensa”, 1985. Arquivo Público do Piauí.

PIAUI. Secretaria de Educação do Estado do Piauí. **Relatório de avaliação do Projeto Poti realizado por Lea-Depresbiteris.** 1991. [mimeo]

ROCHA, Eloísa Candal. 30 anos da educação infantil na Amped. In: SOUZA, Gizele de. (org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Zélia Maria Carvalho e. **História e Memória da Educação Infantil em Teresina: 1968-1996.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Piauí, 2008.

VIEIRA, Livia Fraga. **Políticas de educação infantil no Brasil no século XX.** In: SOUZA, Gizele de. (org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: Contexto, 2010.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.